

Pesquisa sobre a atual etapa do capitalismo

Reinaldo A. Carcanholo ¹

Tendo como perspectiva teórica uma particular interpretação sobre o que chamamos de teoria dialética do valor, nossa preocupação no momento é avançar no estudo da atual etapa capitalista, caracterizada por nós como especulativa e parasitária.

Estudos mais ou menos recentes de vários autores, mas especialmente os de François Chesnais, constituíram o ponto de partida para o início de nossas reflexões sobre o tema. Nosso esforço tem sido o de submeter esses estudos a uma reflexão crítica tendo por base a teoria dialética do valor, aprofundando nos descobrimentos teóricos de Marx sobre o capitalismo e, a partir disso, entender o que há de específico na atualidade. Trata-se de um esforço eminentemente teórico que leva em consideração as determinações concretas do momento.

Nossa primeira tarefa foi o estudo da categoria de capital fictício, procurando aprofundar o desenvolvido por Marx no livro terceiro d'O Capital. Isso nos permitiu, entre outras coisas, identificar dois tipos totalmente diferentes de capital fictício. Aquele do tipo 2, que não possui por detrás nenhum átomo de riqueza real; e o do tipo 1, que aparece na sociedade como uma duplicação (triplicação ou quadruplicação, etc) de riqueza realmente existente. Essa distinção é importante pelas diferentes implicações de cada um deles e, até mesmo, pela substancial diferença em sua origem. Ao mesmo tempo, permitiu a descrição resumida da dialética dessa categoria.

Identificamos, também, a categoria de lucro fictício como origem fundamental das massas adicionais de capital fictício do tipo 2 que são gerados pelo sistema. Tal categoria não aparece nos textos de Marx, mas uma análise mais aprofundada deles nos permitiu descobri-la. Sem ferir as determinações da teoria marxista do valor, o lucro fictício surge como algo que não tem origem na mais valia e, além disso, apresenta-se como

(1) Professor do Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES.

importante fator contrariante da tendência decrescente da taxa de lucro durante certo tempo.

Na etapa atual do capitalismo, iniciada nos fins dos anos 70, começos dos 80, observa-se que o grande capital dirige sua acumulação preferencialmente à especulação e não à produção, ampliando desmedidamente, no sistema, a massa existente de capital fictício. Ele passa de aspecto dominado a dominante na unidade contraditória denominada capital (capital industrial / capital fictício). Essa mudança tem enormes implicações e significa, na verdade, uma alteração na sua própria natureza e, por isso, passamos a chamá-lo capital especulativo e parasitário. Assim, como consequência, a contradição principal da atual etapa capitalista é a que existe entre produção e apropriação do excedente.

Um dos fatores determinantes da explosão no surgimento de capital fictício está constituído pelos gastos militares no mundo, ao lado do crescimento da dívida pública dos diferentes estados. Os investimentos na indústria militar criam, na verdade, lucros fictícios, que se transformam necessariamente em novo capital fictício de tipo 2. Assim, nesse caso, investimentos produtivos convertem-se em investimentos de capital fictício. Na formação deste último, contribui também de maneira decisiva, a valorização especulativa de diferentes tipos de ativos, sejam reais ou fiduciários.

Esse esforço de pesquisa que estamos realizando nos obrigou a enfrentar ou nos obrigará a enfrentar ou aprofundar alguns temas teóricos indispensáveis. Entre eles estão: a) o conceito de trabalho produtivo; b) a lei da tendência decrescente da taxa de lucro e o papel do crédito (especialmente do imobiliário) de maior risco na constituição dos lucros fictícios e de capital fictício; c) a obsolescência programada dos produtos “duráveis” destinados ao consumo. Além de tudo, embora não seja objeto preferencial nosso, são importantes as pesquisas sobre indicadores empíricos para vários aspectos da questão.

Sobre o trabalho produtivo/improdutivo

O tema do trabalho produtivo/improdutivo é fundamental dentro de nossa interpretação sobre a atual etapa capitalista. Muitas questões são significativas dentro desse tema. A pergunta fundamental que com ele se

pretende responder é: quem produz valor e mais valia? No entanto, outras também aparecem como relevantes.

Obviamente, devido ao nosso ponto de partida teórico, a idéia de que a riqueza tem origem distinta do trabalho, na tecnologia ou na informação, por exemplo, está completamente fora de discussão. Apesar disso, as razões pelas quais, na aparência, isso surge de maneira indiscutível aos olhos dos agentes, e também dos analistas, é sim um aspecto que deve nos preocupar.

A verdade é que a temática do trabalho produtivo/improdutivo é muito controversa. Poderíamos pensar que o próprio Marx seria o grande responsável pela existência de posições tão diferentes sobre o assunto, por não tê-lo abordado de maneira totalmente sistemática. Na verdade, porém, a maior responsabilidade é nossa mesmo, ao não sermos capazes de compreender adequadamente o método utilizado por ele, método esse indispensável para entender satisfatoriamente categorias, conceitos e leis da sociedade capitalista.

Algo já avançamos no estudo dessa temática e nossa conclusão geral pode ser considerada de alguma ousadia, uma vez que ampliamos, em muito, os limites para além do que a quase totalidade dos autores considera produtivo. Podemos adiantar alguns elementos de nossas conclusões.

Fica explícito em Marx, em mais de uma oportunidade, que para ser produtivo o trabalho deve necessariamente produzir mais valia. Isso significa que deve ser trabalho assalariado. Em nossa opinião, essa idéia responde a um nível de abstração muito elevado. Para análises concretas propomos a substituição dessa compreensão pela de que, para ser produtivo, o trabalho deve produzir excedente-valor ou mais-trabalho apropriável pelo capital em forma de lucro. Isso significa que ampliamos o conceito para trabalhadores não assalariados. O próprio Marx foi que nos induziu a essa conclusão quando, nas Teorias da Mais Valia, ao referir-se ao trabalho dos camponeses afirma claramente que não é nem produtivo, nem improdutivo. Ele faz essa afirmação, uma vez que, para a análise que desenvolve, com elevado grau de abstração, o capitalismo só pode ser visto como não possuindo relações que não sejam as rigorosamente salariais.

Além disso, outras de nossas conclusões, essas não tão polêmicas: a) uma grande parte dos serviços devem ser considerados serviços produtivos, b) não é a profissão ou a ocupação que deve ser considerada produtiva ou

improdutiva, mas, dentro delas, cada tarefa, de maneira que o trabalho de um mesmo indivíduo em parte pode ser improdutivo e em parte não; c) não importa se o destino do produto é ou não o consumo improdutivo (propaganda, gasto militares); d) o trabalho doméstico, remunerado ou não, em parte deve ser considerado produtivo (esta sim está entre as idéias quase nunca aceitas pelos diferentes autores).

De todas as maneiras, nosso estudo sobre o assunto deve prosseguir, concretizando ainda mais nossa perspectiva sobre a temática.

Sobre a lei da tendência decrescente da taxa de lucro

Sem dúvida, a lei da tendência decrescente da taxa de lucro é outro tema de muita divergência dentro do pensamento marxista e de muita relevância para nossa interpretação da atual etapa do capitalismo. Ainda não avançamos de maneira suficiente no estudo dessa lei. Deixando de lado aquelas críticas que, para negar a existência da tendência, abandonam a teoria marxista do valor, em qualquer de suas dimensões, nosso estudo deverá considerar diferentes visões sobre o assunto. Além de todas as divergências, o fato é que os estudos empíricos sobre o assunto são inconclusivos. Eles padecem da dificuldade de traduzir conceitos abstratos, como o da taxa geral de lucro, para indicadores empíricos.

Os aspectos mais relevantes na discussão marxista sobre a tendência se referem aos seus fatores contrariantes. Entre eles, dois se destacam: a elevação da taxa de exploração e a redução do valor dos elementos materiais do capital constante. Sua importância deriva do fato de que o mesmo processo que resulta no crescimento da composição técnica do capital, é o que os determina. Já estudamos esses dois aspectos. Nossa conclusão é de que, no primeiro caso, o fator atenua a tendência quando situado em níveis inferiores e que, quando cresce, passa a ter efeito cada vez menos significativo sobre a taxa de lucro. Nisso, não há muita novidade. Quanto ao segundo fator, a desvalorização do capital constante significa depreciação do patrimônio da empresa e, como consequência, um lançamento contábil de dedução da magnitude do lucro empresarial. Assim a mencionada desvalorização não chega a atuar como fator atenuante, justamente o contrário. Claro que essa conclusão é também muito controversa e exige maior elaboração.

A verdade é que necessitamos avançar no estudo dessa temática em vários sentidos e não só no que se refere aos demais fatores contrariantes. Um aspecto importante a ser estudado é sobre os mecanismos que impedem que a tendência tenha como resultado um longo processo, progressivo, permanente e inexorável de queda da taxa geral de lucro, de maneira a reduzir necessariamente inclusive a rentabilidade dos grandes conglomerados. Obviamente essa idéia de inexorabilidade do processo que concluiria com a derrocada automática e final do capitalismo há muito foi abandonada pelo pensamento marxista.

Constituem as crises o mecanismo de impedir esse processo progressivo e inexorável? É o único ou o principal mecanismo? Que importância representa, para a problemática, a transferência de valor e de excedente-valor (mais-trabalho) dos pequenos para os grandes capitais, e dos países periféricos para os centrais?

De certa maneira, a teoria das crises está intimamente relacionada com a discussão da tendência decrescente da taxa geral de lucro. Apesar de ser tema amplamente discutido na bibliografia marxista, em nossa opinião falta ainda muito por avançar. Não nos satisfazem completamente as explicações disponíveis.

Em particular, sobre o tema das crises, uma perspectiva cuja crítica deve ser aprofundada é a do subconsumo. Uma visão superficial e fácil leva algumas vezes o observador a pensar que a reduzida capacidade de consumo das massas é a grande dificuldade do sistema e que o leva a crises. Ela pode implicar perspectivas reformistas perigosas. Por isso, a crítica substantiva à teoria do subconsumo é necessária e, além disso, textos didaticamente competentes são indispensáveis para desmistificar a visão ingênua que tende a existir sobre o assunto.

Para finalizar, é conveniente informar que vários de nossos trabalhos sobre as questões assinaladas encontram-se em <http://carcanholo.com.br>; neles aparece referência à ampla bibliografia sobre os temas.